

XIX

Eternidade relativa das penas das almas

Enfrentamos com o cavalo de batalha do catolicismo romano: o dogma do inferno eterno, com que ameaça os míseros mortais que não praticam a virtude e morrem impenitentes; dogma horrendo, que, começando por inculcar o desânimo, acaba por inspirar, nas almas fracas, o sentimento do desespérô.

O inferno romano, substituindo o amor pelo terror, desnaturou completamente o gênio do Cristianismo; pois não há dúvida que o dogma que mais influe no ânimo dos fiéis, é o da eternidade das penas que flutua nos corações, muito por cima do sentimento do amor e da caridade, pedra de toque do Cristianismo evangélico.

Nem no velho nem no novo Testamento encontramos coisa alguma que se pareça com essa maldição eterna, que Roma põe nos lábios da Bondade e da Misericórdia infinitas.

Encontramos, sim, severíssimas ameaças, que, no entanto, não cerram jámais a porta ao arrependimento e à rehabilitação.

E a linguagem das Escrituras é quasi sempre hiperbólica, especialmente na cominação dos castigos, em razão de não abrandarem nem se comoverem facilmente os corações a quem era dirigida; e é a isto que devemos atribuir a aplicação da palavra *eternidade*, tratando-se dos sofrimentos espirituais.

No versículo 6, cap. VI da epístola aos hebreus, S. Paulo afirma ser *impossível* a rehabilitação do que, uma vez iluminado, cai — e, no entanto, os comentaristas dão ao vocábulo *impossível* a significação de *difícil*.

Se, pois, *impossível* pôde significar *difícil*, porque *eterno* não poderá significar *longa duração*?

Nenhuma falta pôde o homem cometer cujas consequências sejam eternamente permanentes. Ele é limitado, e limite, por conseguinte, terá tudo que emanar da sua natureza.

A isto opõem, os que defendem a eternidade do inferno, que, se o pecado do homem não tem da parte dêste o carácter ou sêlo do infinito, adquire-o, por ser infinita a entidade a que esse pecado ofende.

Estranha maneira de discorrer! Não seria mais lógico dizer que, quanto mais pequeno fôr o ofensor, menor é a importância da ofensa — e que, sendo infinita a distância que o separa, não há, nem pôde haver, ofensa da criatura ao Creador!

A igreja define os pecados mortais, dizendo que êles são ofensas graves — e que os veniais são ofensas leves contra Deus; mas, como haver ofensas leves, sendo o ofendido Deus, e se devemos julgá-las, não em relação ao ofensor, mas em relação ao ofendido?

Aceitando a lógica romana: se castigo eterno merecem os pecados que se classificam de mortais, castigo eterno merecem os veniais, pois que uns e outros são ofensas a um Sér eterno e infinito.

O Espiritismo não comprehende um Deus injusto, iracundo — e vingativo; nega, por isso, a eternidade de penas, entendida em sua acepção rigorosa e absoluta; admitindo-a unicamente em um sentido relativo — no sentido de que a purificação ha de ser tão duradoura como a impureza — e a expiação tão intensa como a maldade da falta.

Terminaremos êste parágrafo com as seguintes palavras de Isaias:

“Não castigarei eternamente — e fim terá o meu

rigor; porque de mim sairam os Espíritos — e eu creei as almas.” (1).

XX

*Comunicação entre o mundo espiritual
e o dos incarnados*

A muitas pessoas, mais ou menos conhecedoras da doutrina espírita, temos ouvido dizer e repetir:

“É pena que o Espiritismo aceite a comunicação do mundo dos Espíritos com o dos incarnationados! Sim, este lado ridículo e fantástico seria mais cabível nas teorias religiosas; porque é a mais racional, a mais consoladora e a que melhor explica as relações do visível e corporal com o invisível e espiritual.”

Esses tais pertencem ao número dos que se blasfam de despreocupados — e temem a classificação de crédulos ou supersticiosos, se transigirem com a idéia da comunicação dos Espíritos.

Outros — e estes são a generalidade dos católicos, admitem o fato da comunicação; porém, em vez de considerá-la ensino proveitoso, permitido por Deus, e dado por Espíritos de todas as categorias na escala do progresso, atribuem-na á intervenção maléfica do Espírito das trevas, partindo do suposto que, nem os benaventurados do céu, nem as almas dos que temporariamente sofrem no purgatório, nem os condenados á dôr sem termo, podem comunicar-se com os mortais. Dessa liberdade, dizem, sómente gozam os demônios, para fazerem aos homens suas tentações e arrastá-los ás fogueiras inferiores, isto é, á inquisição eterna.

(1) Isaías, LVII, segundo a Vulgata.

O dogma do inferno vem magistralmente tratado na comunicação n. 23, da segunda parte deste livro. Recomendamos a leitura dessa comunicação.

Outros, finalmente, os materialistas, negam redondamente a comunicação espiritual, como tudo o que aparece com carácter extra-natural e fóra do alcance dos sentidos e atribuem-na a causas puramente mecânicas, conquanto desconhecidas: á alucinação ou á feitiçaria.

A comunicação espiritual, sanção dos princípios que constituem o credo do Espiritismo, pois que, faltando ela, careceriam de autoridade e não se elevariam da esfera das hipóteses humanas aqueles princípios, é a continuação da revelação divina, sem cujo auxílio já-mais teria a humanidade alcançado a idéia de Deus e o conhecimento de seus deveres morais e do seu futuro destino.

Sendo necessária a revelação para o progresso das sociedades, ela devia vir, e tem vindo, do alto, em todos os tempos, na medida das necessidades humanas e do cultivo e aperfeiçoamento das almas.

A ciência e a lei moral vêm de Deus; e, portanto, a humanidade, sem a revelação, não teria dado um passo nas vias da ciência, nem produziria um código moral que merecesse dos homens um mediano respeito.

Ou é preciso ir com os materialistas á negação de Deus e da sobrevivência individual do Espírito — ou é preciso aceitar a possibilidade e a realidade da comunicação espiritual.

O mais lógico é aceitar a possibilidade; porque, se os Espíritos presos no grosseiro cárcere do corpo comunicam, apesar disso, seus pensamentos, com quanta maior facilidade poderão comunicá-los, rotos os laços que os prendiam e os tolhiam?

ACEITEMOS A REALIDADE; porque, além de vir a comunicação com o testemunho dos homens, é, como o temos demonstrado, um fato necessário — e o que é necessário, infalivelmente sucede.

Não merece a honra de uma refutação a idéia de